



## ESCOLA DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL: reflexões teóricas sobre ações, possibilidades e embargos

### DEMOCRATIC SCHOOL AND STUDENT PARTICIPATION: theoretical reflections on actions, possibilities and embargoes

#### ARTIGO

**Francisco André Silva Martins<sup>1</sup>**

Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

E-mail: [francisco.martins@uemg.br](mailto:francisco.martins@uemg.br)

**Lucas Eustáquio de Paiva Silva**

FAMART/Itaúna – MG

E-mail: [lucas.silva@faculdefamart.edu.br](mailto:lucas.silva@faculdefamart.edu.br)

#### RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo analisar a escola enquanto instituição educativa e formativa, explorando seu caráter supostamente democrático e a atuação dos estudantes na realidade vivida no cotidiano escolar. Trata-se de uma investigação teórica que, ao abordar os conceitos de democracia e participação, busca estabelecer um diálogo com experiências cotidianas vivenciadas em escolas públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, fundamentada na análise de artigos e livros relacionados ao tema. Por meio dessa perspectiva, pretende-se refletir criticamente sobre os aspectos mencionados. No decorrer do estudo, são apresentadas e examinadas algumas experiências práticas, não com a intenção de prescrever modelos, mas com o objetivo de destacar a potencialidade de práticas democráticas envolvendo estudantes, incentivando sua aplicação em contextos diversos.

**Palavras-chave:** Democracia; cultura estudantil, Experiências participativas na escola.

#### ABSTRACT:

This work aims to analyze the school as an educational and training institution, exploring its supposedly democratic character and the actions of students in the reality experienced in everyday school life. This is a theoretical investigation that, by addressing the concepts of democracy and participation, seeks to establish a dialogue with everyday experiences lived in public schools in the Metropolitan Region of Belo Horizonte (RMBH). The research adopts a qualitative approach of a bibliographic nature, based on the analysis of articles and books related to the topic. Through this perspective, we intend to critically reflect on the aspects mentioned. During the study, some practical experiences are presented and examined, not with the intention of prescribing models, but with the aim of highlighting the potential of democratic practices involving students, encouraging their application in different contexts.

**Keywords:** Democracy; Student culture, Participatory experiences

Editor:

Dr. João Batista Lopes da Silva

Universidade do Estado de Mato Grosso

e-mail: [revistaedu@unemat.br](mailto:revistaedu@unemat.br)



## 1 INTRODUÇÃO

Em tempos de esperar, de superação do obscurantismo fascista conservador no país, cada vez mais a escola se mostra como instituição primaz na formação de uma sociedade que compreenda a importância do respeito à vontade da maioria, do respeito ao direito do outro, do respeito e garantia da diversidade como virtude. Não obstante os possíveis conflitos e tensões cotidianas, a escola, pela relevância de seu papel na formação de pessoas que defendem a liberdade, terá que assumir como condição sine qua non de sua organização e funcionamento a democracia como premissa.

Desse modo, cabe ressaltar a importância da atuação de todos e quaisquer atores que possam contribuir nesse processo, passando pelo corpo docente, pelos funcionários, pelos gestores, pelos pais e pela comunidade escolar de maneira geral, bem como os estudantes. Ao nos debruçarmos sobre as questões de funcionamento, organização e das práticas pedagógicas no cotidiano escolar, esperamos minimamente construir reflexões que possam contribuir para o debate da participação estudantil na instituição.

É importante frisar de antemão que partimos de uma concepção de participação vinculado às potencialidades formativas e reflexivas contidas nesse processo singular. Um processo de construção de uma práxis que parte da ação, da reflexão sobre essa ação e de uma nova ação pautada nas experiências que a antecederam.

Atualmente a escola traz consigo práticas que nos permitem dizer da ocorrência de experiências democráticas em seu interior, principalmente, se compararmos com tempos passados. Estamos falando de uma instituição que permite à comunidade escolar, em geral, professores, pais, alunos, a participação na eleição de suas diretoras, por exemplo. Uma experiência que pode ser muito rica e promover o debate público sobre os caminhos esperados em relação à atuação daqueles/as que irão estar à frente da escola. O colegiado escolar é uma outra instância que conta com a participação dos vários setores, com representantes eleitos, que são responsáveis por fiscalizar as contas, observar o que está sendo colocado em prática no dia a dia em relação às questões pedagógicas e participar de ações diretas da gestão.

A associação de pais e mestres é uma outra instituição que pode funcionar como órgão consultivo e contribuir com o debate no cotidiano escolar. A existência de tais órgãos é resultado de lutas coletivas de movimentos sociais defensores da educação, associações de pais e mestres, bem como sindicatos de professores.

Mas em relação à participação dos estudantes? Eles podem atuar tanto nas eleições de direção, quanto no colegiado, e é desejável mesmo que participem. Mas será que é isso que eles querem? Ou apenas isso? Quando pensamos na participação estudantil somos levados a pensar, muitas vezes, em órgãos clássicos como os grêmios estudantis, todavia a escola apresenta uma variada gama de lugares de atuação para esses sujeitos tão importantes. Para além dos grêmios, outras experiências participativas seriam possíveis? Como compreendemos a participação desses sujeitos na escola?

Com o intuito de contribuir para um debate que reflita sobre a atuação dos estudantes na escola e o potencial educativo dessas experiências apresentaremos algumas possibilidades que nos são significativas, não como um delimitador de fronteiras, mas como um possível mobilizador de outras ações diversas, inclusive de elaboração de novos lugares e experiências.

Iniciaremos com uma discussão sobre as questões da democracia no cotidiano escolar, passaremos pelos sujeitos estudantes em suas singularidades e apontaremos experiências que entendemos ter um potencial formativo. Desta maneira, o presente trabalho tem como objetivo analisar a escola enquanto instituição educativa e formativa, explorando seu caráter supostamente democrático e a atuação dos estudantes na realidade vivida no cotidiano escolar.

## 2 NOTAS METODOLÓGICAS

A pesquisa desenvolvida neste artigo caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica, com enfoque teórico e reflexivo. A análise decorre da nossa experiência empírica como professores da educação básica e nossas reflexões mediante os dados produzidos na área. O estudo foi conduzido a partir de uma análise detalhada de artigos, livros e outros materiais acadêmicos relevantes que abordam os temas da democracia e participação no contexto educacional. Conforme apresentado no quadro a seguir, este trabalho baseou-se em

autores de referência no campo acadêmico, cuja trajetória histórica tem contribuído para uma produção rica e substancial sobre a temática abordada no presente texto.

A abordagem qualitativa foi escolhida por sua capacidade de compreender e interpretar fenômenos sociais em profundidade, priorizando o significado das práticas democráticas no cotidiano escolar. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, permitiu acessar e explorar teorias, conceitos e discussões já consolidados na literatura, estabelecendo uma base sólida para as reflexões propostas.

Por fim, os dados analisados não se limitam à abstração teórica, mas dialogam diretamente com experiências práticas vivenciadas no ambiente escolar. Essas experiências foram identificadas em relatos de práticas pedagógicas e ações coletivas realizadas por estudantes e professores em escolas públicas da Rede Municipal de Belo Horizonte (RMBH). O objetivo dessa análise foi potencializar a compreensão das iniciativas democráticas, destacando possibilidades de ampliação dessas práticas para diferentes contextos educacionais.

Como já explicitado acima, o quadro 1 apresenta a seleção de trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento da reflexão proposta no presente trabalho. Dividimos o quadro em duas colunas, abordando as temáticas que se entrecruzam nas análises e reflexões que propomos no presente artigo.

Gestão democrática			Participação estudantil		
Autores	Obra	Ano de Publicação	Autores	Obra	Ano de Publicação
Margarete Bertolo Boccia; Marie Rose Dabul	Competências necessárias à equipe gestora	2013	Juan Díaz Bordenave	O que é Participação?	1994
Antônia Campos; Jonas Medeiros; Márcio Ribeiro	Escolas em Luta	2016	Ana Paula Corti; Raquel Souza	Diálogos com o mundo juvenil.	2004
Juarez Dayrell	A escola como espaço sociocultural	2006	Juarez Dayrell	A escola “faz” juventudes? Reflexões em torno da socialização.	2007
Jannette Filomeno Pouchain Ramos	Gestão Democrática da Escola Pública	2005	Juarez Dayrell, Nilma Lino Gomes; Geraldo Leão.	Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo?	2010
Simone Santoro Romano	Direção e Coordenação Pedagógica: foco no aluno	2013	Francisco André Silva Martins.	“A Voz do Estudante na Educação Pública: um estudo sobre	2010

				participação de jovens por meio do grêmio estudantil”.	
Márcia Cristina Barragan Moraes Toledo.	Organização e Gestão da escola na perspectiva democrática: desafios.	2013			
Ilma Alencastro Veiga.	Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva.	2010			

Fonte: Os autores

### 3 O QUE É UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA?

A realidade social, bem como o cotidiano escolar são marcados por uma complexidade que demandam de nós um olhar mais apurado. Partiremos da palavra democracia, essa nos diz sobre a forma de governar na qual o poder maior está na vontade soberana do povo, no desejo coletivo e não nas mãos de poucas pessoas. Tal regime implica na participação de todos e no respeito ao que for determinado pela vontade da maioria (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 2000).

Concordamos com Paulo Freire (2020) quanto à centralidade da política quando tratamos do processo educativo. O que nos faz afirmar que não há educação isenta. No decorrer dos anos de 2018 a 2022, marcado pelo governo conservador à frente do país, várias foram as ações judiciais que embargavam as propostas e ações do referido movimento, já caminhando para o fim do período percebe-se um certo arrefecimento nesse debate, todavia é de vital importância estarmos alertas contra possíveis ataques contra a educação pública, laica, democrática e de qualidade.

Salta aos olhos as mudanças ocorridas nas escolas nos últimos anos, quanto a gestão, quando a administração e fiscalização financeira, bem como quanto a participação dos vários atores que envolvem essa instituição. Mas estamos falando de quê mudanças estruturais? Que alcançam todos os patamares da instituição? Que conseguem atingir todos os sujeitos? Ou estamos falando de mudanças discursivas, condizentes com o que é legalmente estabelecido e que no chão da escola acabam se tornando letra morta?

Apesar de a educação e as instituições escolares no país serem orientadas por uma legislação única, acreditamos que as questões específicas, de cada escola, de cada gestão e da própria comunidade tenham incidência importante em seu funcionamento. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (1996) é garantida a autonomia das escolas quanto à administração, aos aspectos pedagógicos e financeiros, todavia, trata-se de um tema complexo. De acordo com Margarete Boccia e Marie Rose Dabul (2011), o papel dos gestores, ou diretores/as escolares, é central pois suas ações podem contribuir para uma maior ou menor autonomia, para uma maior ou menor escuta do coletivo. O que torna ainda mais importantes valores como respeito, responsabilidade, honestidade, solidariedade, dentre outros (Toledo, 2013).

Gerir, administrar, conduzir alguma instituição, é um processo complexo, de lidar com sujeitos diversos, e que se mostra envolto em conflitos e disputas, e segundo Boccia e Dabul (2011) cabe aos gestores entenderem que isso não implica necessariamente em algo pessoal. Espaços de debate ganham importância como lugares de formação de um caráter coletivo, de construção de uma identidade e de promover reflexão a partir de visões distintas.

Por isso, há que se ressaltar a importância de reuniões, assembleias, encontros, feiras e festas como oportunidades de ouvir a comunidade escolar em suas demandas e sugestões. Contudo, um movimento de escuta do coletivo não quer dizer de uma abstenção do gestor em manifestar suas convicções e crenças quanto ao que deve ser feito na escola, pois antes de

tudo estamos falando de um educador (Boccia, Badul, 2013). Uma postura mais autoritária e centralizadora do gestor reverbera diretamente na escola e de acordo com Márcia Toledo (2013) ainda têm muitos gestores resistentes a experiências mais democráticas nas escolas que administram.

Assim como a direção escolar, a coordenação pedagógica tem grande influência na garantia de experiências democráticas na escola. Um documento importante e que merece ser debatido recorrentemente na escola é o Projeto Político Pedagógico (VEIGA, 2010), esse sistematiza diretrizes que servem como orientação, mas não se trata de um documento inerte, imóvel. De acordo com Simone Romano (2013):

Cabe destacar que o comprometimento, envolvimento e a participação de toda a comunidade escolar (diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico, professores, funcionários, alunos, pais) são fatores determinantes para o sucesso destes projetos pedagógicos, uma vez que dependem do trabalho coletivo de todos os segmentos, sendo praticamente impossível obter os mesmos resultados individualmente (Romano, 2013, p. 81).

Tais apontamentos nos sinalizam que temos que pensar no PPP como guardião das concepções do que se entende por educação e o processo formativo na escola, com base no que foi estabelecido coletivamente (VEIGA, 2010). Por isso, recorrer a esse documento sempre que possível torna-se algo necessário. É nesse projeto que os valores e significados almejados na formação dos estudantes vão se materializar, bem como as concepções de educação, processo formativo, bem como as práticas educativas e a relação com os sujeitos estudantes vão ser estabelecidos. Nessa arena de disputas sadia a coordenação pedagógica atua como mediadora do processo e sua sinergia com a gestão é algo imprescindível.

E os/as professores/as? Assim como a direção e a coordenação, o coletivo de professores/as têm papel relevante nas experiências democráticas que podem emergir no cotidiano escolar. Como sujeitos socioculturais os/as professores/as trazem consigo em sua atuação profissional traços de imagens historicamente idealizadas sobre essa profissão, sobre seu fazer docente e sobre seu papel como detentor do conhecimento.

A atual conjuntura nos sinaliza a necessária mudança de postura do educador em se tratando das experiências formativas. Uma postura de monopólio do conhecimento destoa da realidade dos estudantes que têm acesso irrestrito à rede mundial de computadores por meio dos seus celulares. Práticas de acesso ao conhecimento por meio de processos mnemônicos dão lugar a práticas de reflexão e análise do que é de fato importante diante da quantidade absurda de informações disponíveis.

O papel do educador passa a ser o de mediador do processo educativo, sem se desprender de sua responsabilidade quanto ao ato educativo. Entendemos que práticas educativas democráticas implica no reconhecimento dos sujeitos educandos como interventores no processo educativo e que o conhecimento como construção não cabe mais ser monopolizado apenas por um dos envolvidos no processo.

#### **4 ENTENDENDO OS SUJEITOS DA ESCOLA: JOVENS ESTUDANTES**

A juventude como categoria sociológica carrega consigo o problema de abarcar uma grande quantidade de significados e representações. Dentre as várias representações ganha destaque a imagem que considera a juventude como rito de passagem, sua condição de transitoriedade, o que remete a uma visão dos sujeitos como alguém em processo de formação, que não é criança e que não é adulto, que está em um limbo que remete a um “não ser”. Esse entendimento, como sendo apenas um período de transição, inviabiliza o reconhecimento dos sujeitos na sua condição de sujeitos existentes, que não vão ser, que já são.

Todavia, há que se ressaltar que o “ser jovem” vai variar de acordo com uma série de circunstâncias, classe, gênero, raça, o que nos faz dizer não da existência de jovens, mas de juventudes no plural, que vão ser marcadas por suas singularidades. Tal realidade nos diz da existência do que Dayrell (2007) vai chamar de Condição Juvenil, como sendo a condição vivida pelo sujeito jovem de acordo com vários recortes e diferenças sociais e em relação direta com modo como a sociedade constitui e atribui valores a esse momento da vida.

Tais apontamentos reforçam a necessidade do reconhecimento dos estudantes em suas singularidades como forma de potencializar o processo educativo e de construção do conhecimento. Entretanto, quando tratamos de jovens na escola, sua condição de alunos ganha destaque. O privilégio da condição de alunos como sendo primaz, inviabiliza o reconhecimento de outras características, experiências e conhecimentos que esse sujeito traz consigo, de outros lugares tão educativos quanto a escola, mas que pouco são valorizados na instituição. Olhar a escola de uma perspectiva democrática tem relação direta com mudanças estruturais no funcionamento da instituição.

Assim como Dayrell (2006) entendemos a escola como um espaço sociocultural em processo ininterrupto de construção e reconstrução, o que implica no seu modo de funcionamento e organização.

A instituição escolar seria resultado de um confronto de interesses: de um lado uma organização social do sistema escolar, que define conteúdos da tarefa central, atribui funções, organiza, separa e hierarquiza o espaço, a fim de diferenciar trabalhos, definindo idealmente, assim, as relações sociais; de outro os sujeitos – alunos, professores, funcionários que criam uma trama própria de inter-relações, fazendo da escola um processo permanente de construção social (Dayrell, 2006, p. 137).

Sendo a escola marcada por essa dinâmica de construção e reconstrução, de avanço e retrocesso, de disputa entre o velho e o novo, quais lugares têm sido ocupados pelos estudantes? Em uma instituição que tende a homogeneizar ritmos, práticas e propostas educativas, um caminho possível está em reconhecer as singularidades dos sujeitos que está formando, compreender suas diferenças, seus sentimentos, emoções e desejos, isso como forma de enxergar tais sujeitos para além de sua condição exclusiva de alunos (Dayrell, 2006). Estariam na atualidade os estudantes sendo ouvidos em suas demandas, desejos, necessidades?

A escola na forma como se encontra estruturada, pela rigidez dos tempos, pela determinação e limitação dos espaços, torna-se menos significativa. Isso não quer dizer que os estudantes não gostam da escola, haja vista a presença massiva de estudantes nas escolas nos finais de semana, para praticar esportes, ouvir músicas, ou simplesmente trocar ideias com os colegas. A escola é um local privilegiado de sociabilidade entre os jovens, do encontro com os pares, sem a fiscalização ou vigilância dos adultos.

A dissonância entre a cultura educacional e a vivência dos jovens é tamanha que Corti e Souza (2004) vislumbram a ocorrência do desmembramento entre um Mundo Escolar e outro Juvenil. De acordo com as autoras, a distância entre esses mundos e “a consequente dificuldade de comunicação entre os dois, tem gerado um enfraquecimento da capacidade educativa da escola e favorecido uma socialização juvenil incompatível com os princípios éticos e democráticos” (Corti, Souza, 2004, p.103).

Em seu texto “A escola faz juventudes?” Dayrell (2007) nos diz explicitamente que da forma como a escola se organiza, sem conseguir escutar o que esses sujeitos têm a dizer, muito pouco tem sido feito nos últimos anos. De acordo com Gimeno Sacristán (2005), em seu livro “O aluno como invenção”, as idealizações do modo como devem se comportar os estudantes na escola, do que fazer e como fazer é uma construção que se dá concomitantemente à consolidação da escolarização. Nesse sentido, trata-se de um modo de proceder estabelecido pelos adultos, sem qualquer consideração com os maiores envolvidos que são os estudantes.

Cabe-nos destacar que uma posição de escuta dos estudantes está muito além de uma questão meramente retórica, implica em uma mudança no olhar em relação ao estudante e o reconhecimento de seu potencial mediante as experiências e conhecimentos que já acumula consigo durante a vida e sua possibilidade de contribuir nos caminhos a serem tomados no processo formativo. Apesar de parecer algo óbvio, nos parece que não escutar os jovens estudantes tem sido mais a regra que a exceção nas escolas.

## 5 PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA: ELEMENTOS PARA O DEBATE

Em relação à participação na escola, o sentimento de pertencimento e identificação

envolve o estudante e a escola como lugar de formação. Um vínculo que suplanta a simples condição de fazer parte. Diante disso, a proposta é de pensarmos a participação a partir de sua condição processual, como conjunto de ações que ocorrem mediante os interesses dos envolvidos. Interesses que podem ser convergentes ou divergentes, que podem demandar discussão e negociação (Ramos, 2005). De acordo com Bordenave (1994) quando falamos de participação estamos tratando de uma necessidade universal do ser humano, diretamente ligada a sua condição existencial como indivíduo singular.

Em se tratando de participação dos jovens as imagens socialmente construídas projetam contornos de sujeitos desinteressados, desinformados e que não se mobilizam para experiências do tipo, o que não condiz com a verdade quando nos debruçamos sobre dados de pesquisas que abordam a participação juvenil (Dayrell; Gomes; Leão, 2010). Os últimos anos, com destaque para as ocupações ocorridas nas escolas paulistas e posteriormente nas escolas do país inteiro e até nas universidades, tem nos sinalizado a insatisfação dos estudantes com os papéis de coadjuvantes de sua própria formação.

Um evento emblemático marca uma onda de ações coletivas que se espalhou pelo país inteiro. Em Setembro de 2015 o governo de São Paulo anuncia, sem qualquer debate ou discussão, a transferência de um milhão de estudantes, que sairiam de suas escolas e iriam para outras escolas que teriam uma outra forma de organização (Campos; Medeiros; Ribeiro, 2016).

Essa ação autoritária do governo vai repercutir em indignação geral dos estudantes do estado que começam a se mobilizar pelas redes sociais, posteriormente vão ocorrer conflitos locais de estudantes com seus diretores, ações regionais serão desenvolvidas para que a sociedade seja mobilizada e finalmente várias escolas serão ocupadas pelos estudantes. Nas ocupações das escolas de educação básica foram desenvolvidas várias ações para garantir a continuidade do movimento, desde ações que buscavam angariar alimentos e cozinhar para todas as pessoas que ali estavam, passando pela limpeza e organização das escolas e o desenvolvimento de atividades formativas que aproximaram os estudantes de outras experiências formativas como as desenvolvidas pelos movimentos sociais.

Como experiência de luta foi um marco ao proporcionar aos estudantes se manifestarem quanto a suas insatisfações com os currículos, a organização das escolas, as aulas, a participação dos estudantes nas instituições. Uma característica emergente desse contexto foi a pluralidade dos modos de se organizar dos coletivos juvenis.

Muito se tem dito sobre a escola democrática, mas um processo de democratização da instituição escolar implica na quebra de monopólios de poder nas relações que se estabelecem no cotidiano da escola. Em relação aos estudantes estamos dizendo de sujeitos que foram historicamente silenciados e que nesse novo modelo passam a ocupar lugar de disputa nas relações cotidianas. Repensar a prática escolar de maneira a mobilizar a participação de outros atores remete a disputas e conflitos. Há quem prefira os falsos consensos, todavia consensos alcançados por meio do debate sadio na escola nos parecem muito mais produtivos do ponto de vista da formação crítica.

## **6 POTENCIALIDADE COTIDIANAS**

Quando falamos de participação estudantil, via de regra, nos vem à mente a atuação por meio dos grêmios estudantis, que são de fato um lugar importante de debate e manifestação dos interesses dos estudantes. Porém, a existência de um grêmio estudantil em uma escola não necessariamente implica na ocorrência de ações e experiências democráticas.

O modo como esse coletivo se organiza, suas ações na escola e os lugares ocupados nos dizem muito. Martins (2010) em sua pesquisa de mestrado encontrou formas variadas de grêmios funcionando, ou não funcionando, nas escolas. Foram encontrados desde grêmios que funcionava como braço da direção, nos quais os estudantes cuidavam do recreio e serviam de suporte para ações da escola, a grêmios nos quais o diretor convocava os alunos, ele mesmo apresentava a pauta, fazia a ata e determinava as ações a serem feitas, em uma lógica muito mais vinculada a produzir uma imagem para a comunidade, ou mesmo para a secretaria de educação, com o objetivo de maior reconhecimento da escola e dos gestores.

Partindo de experiências e relatos de situações vivenciadas no chão da escola, vamos apontar outras formas de participação que nos parecem demasiado potentes para lidar com as demandas dos estudantes.

## 6.1 A uniformização

Em se tratando do uniforme escolar e seu uso, podemos afirmar ser essa uma discussão tão complexa que abarca pontos de vista que carregam consigo nuances de razão que são de difícil negociação. Para estabelecer tal debate recorreremos ao relato de uma experiência ocorrida em uma escola municipal na cidade de Belo Horizonte. No referido município, é parte das políticas de educação o fornecimento de uniforme para os estudantes.

O fato de o uniforme ser distribuído gratuitamente faz com que o debate nas escolas recorrentemente se estabeleça a partir de uma perspectiva do uso do uniforme como forma de dirimir situações de desigualdade. Ainda nesse caminho, há quem defenda que o não uso do uniforme pode servir como exercício de liberdade e autonomia dos estudantes, que não precisarão abrir mão de seus gostos.

Em se tratando dos uniformes em Belo Horizonte, como se não bastasse o fato de quase todos os anos faltarem uniformes para atender a todos os estudantes, há ainda o fato de eles não gostarem dos modelos. Alguns não pegam o uniforme, outros pegam e ao chegar à escola dizem que não serviu, outros pegam e dão para pais e parentes, e muitos fazem questão de não usar. Tal situação faz com que no cotidiano escolar muitos estudantes permaneçam somente com a camisa de uniforme, com calça jeans e seu próprio tênis.

O que causa certo descontentamento em algumas diretoras e coordenadoras que podem sofrer sanções e questionamentos das instâncias superiores. Para além da questão do uso do uniforme para evitar situações de distinção social, um debate importante se refere ao seu uso como fator de proteção dos estudantes em possíveis situações de perigo que aconteçam fora da escola. Em uma sociedade na qual os índices de violência são muito maiores nas periferias, na qual o fato de ser jovem e negro é um fator que potencializa inclusive a violência do Estado e na qual podemos dizer de um processo de discriminação/criminalização da pobreza, usar o uniforme em uma região periférica pode servir como forma de evitar certas situações.

Em trabalhos de campo, passeios ou visitas é de praxe que os estudantes se apresentem uniformizados. Nesses dias dificilmente alguém aparece sem o uniforme, portanto, em grande parte, os estudantes têm seus uniformes, mas não gostam de usá-lo. Em uma certa escola, na qual a direção provavelmente tinha sido questionada sobre o uso do uniforme pelos estudantes, a diretora iniciou o ano já com a cobrança obrigatória do uniforme, mesmo antes de ter recebido o devido material da prefeitura. Porém, quando tratamos de jovens/adolescentes, há um fator que se altera drasticamente na passagem de um ano para o outro, se refere ao crescimento dos estudantes.

Iniciadas as aulas a direção e a coordenação passaram em todas as salas, disseram que não seria aceita qualquer roupa que não o uniforme, somente o tênis poderia ser do próprio aluno. Foram passando os dias e acabou que ao final de um mês de aula ainda eram muitos os que estavam sem uniforme, muitos indo de chinelo, de bermudas coloridas e camisas de times de futebol. A direção juntamente à coordenação passou mais uma vez nas salas e reforçou que na próxima segunda-feira a entrada seria embargada.

Iniciada a semana, a segunda-feira foi bastante tensa. A própria diretora ficou na portaria para verificar e como de costume muitos estudantes ficaram barrados na coordenação. Fez-se uma lista, ligou-se para os pais e eles entraram para aula. No dia seguinte, parecia uma repetição do dia anterior. Porém, já se podia observar algumas estratégias, quanto ao uso do chinelo, quase todos os meninos que foram de chinelo tinham em algum dedo um curativo como forma de justificar.

Quanto ao uso uniforme, com uma posição mais contundente da direção/coordenação, alguns traziam o uniforme na mochila e tentavam entrar, ao serem barrados diziam que estava na mochila e que iriam ao banheiro colocar se pudessem subir para aula. Aqueles que ainda relutava, para não perderem aula, recebiam da direção uma calça emprestada, via de regra, bem maior que o estudante e quando estava de chinelo, recebiam emprestado o tênis por eles apelidado de “Patati-Patatá” pois segundo os estudantes ficavam parecendo palhaços.

Passados cerca de uns dois meses chegou uma grande leva de uniformes, as filhas de estudantes interessados eram enormes, de todos os níveis e de todos os anos. Tal situação pode nos levar a pensar que no outro dia a questão teria sido sanada e que ninguém iria sem uniforme, um grande engano. Novamente muitos estudantes foram sem a vestimenta. As justificativas agora eram de ter acordado atrasado, ter dormido na casa da avó e vindo direto

para a escola, de o uniforme estar molhado e não ter secado. Em uma conversa entre direção, coordenação e professores, uma questão foi colocada em debate, não se tratava de ter ou não ter o uniforme, se tratava de não gostarem do uniforme.

Iniciamos um debate na escola sobre formas de contornar a situação, que repercutia diretamente nas salas, nas aulas e no andamento das disciplinas, pois recorrentemente muitos chegavam atrasados, perdiam parte da primeira aula ou sua totalidade, causavam certo tumulto na coordenação que acabava presa nessas questões e tinha a atuação prejudicada em outras demandas. Em uma primeira conversa entre a direção, a coordenação e os professores a proposta foi de ter uma conversa com os estudantes, explicitar que a situação era prejudicial a eles mesmos e buscar ouvir o que teriam como ajudar para sanar o problema.

Não foi feita uma assembleia, mas todas as salas foram ouvidas sobre o tema. Algo emergiu de maneira destacada na conversa, eles detestavam o uniforme, o modo como ficava no corpo, o formato, a cor, tudo! Na mesma medida, uma explicação foi feita no sentido que a escola não poderia se abster do uso do uniforme em alguma medida. Muitos queriam ir com qualquer roupa, outros queriam poder usar calça jeans com a camisa do uniforme.

Dessa conversa surgiu uma proposta muito interessante, feita por um estudante que recorrentemente tinha problemas por causa do uniforme. Ao começar a sua fala ele fez questão de reforçar que aqueles que iam sem uniforme iam em grande medida “por querer”, que eles mesmos poderiam se mobilizar entre si para o uso, mas pediu a oportunidade de pelo menos na sexta-feira, toda semana, eles pudessem ir com a roupa que quisessem. Um primeiro movimento foi de espanto e parecia uma proposta inaceitável, imagina irem com a roupa que quisessem, o que poderia ocorrer. Mas se tivermos um olhar um pouco mais atento veremos que a proposta foi na verdade vanguardista.

O que esse aluno estava propondo? Trata-se de uma prática muito usada nas grandes empresas, o chamado Casual Day ou Informal Day, que nada mais é que a permissão que os funcionários possam ir nesse dia com roupas menos formais, mais confortáveis, para que possam inclusive sair após o trabalho para algum evento ou encontro com os colegas.

Ao fim, a proposta de usar qualquer roupa na sexta-feira não foi aceita, mas a oportunidade de ouvir os estudantes e de colocá-los como co-responsáveis do processo de criação de regras reverberou em experiência exitosa. O uso da calça jeans, sem rasgos muito grandes e o uso de seus próprios tênis também passou a ser aceito. Uma outra coisa também foi aceita, que os estudantes nos dias de eventos aos sábados, feiras, campeonatos, festas, podiam ir da forma que achassem mais adequada.

Quem lê tal situação pode até achar uma banalidade, mas o fato de inserir os estudantes no debate e responsabilizá-los pelas decisões repercutiu diretamente no dia a dia escolar, os problemas de uniforme foram praticamente extintos. Essa realidade nos ajuda a entender a potencialidade de ouvir nossos alunos com maior frequência, com mais cuidado e mais que isso como possíveis interventores no processo a ponto de ajudar a resolver um problema que é da escola.

## **6.2 “Tira a Mão do Meu Boné!”**

Qualquer experiência de escuta, por menor que nos pareça, é uma oportunidade de inserir os estudantes na ocupação mais efetiva da escola e do que nela acontece. Relatamos aqui uma outra experiência vivida em uma escola de ensino fundamental e que de uma situação de fácil resolução, se tornou problema recorrente. O ano era 2013 e ao final do ano a vice-diretora da escola em reunião com os professores informou que no ano seguinte o uso de boné na escola seria proibido. Não se tratava de um adereço muito utilizado, mas que alguns poucos gostavam de usar. Na própria reunião foi perguntado sobre as motivações de tal decisão e se houve uma movimentação no sentido de ouvir os estudantes em suas considerações. A vice-diretora disse que não precisava ouvir os estudantes e que a proibição do uso dos bonés estava relacionada à possibilidade de usá-los para transporte de drogas e também por não serem condizentes com o modo de um estudante se vestir, segundo ela.

Um colega perguntou se a vice-diretora tinha a noção do iminente aumento de ocorrências disciplinares ao estabelecer tal regra. Estávamos criando um motivo a mais para possíveis conflitos já que até então essa proibição não existia. É importante destacar que a escola era marcada por situações de indisciplina recorrentes envolvendo estudantes e professores. Já no início do ano a coordenação informou aos estudantes da nova regra, que

proibia o uso na escola. Quem fosse pego usando seria conduzido à coordenação e teria o boné retido e a devolução aconteceria somente na presença dos pais. Todavia, na mesma medida que as regras são criadas os sujeitos se organizam para burlá-las. Muitos levavam o boné na mochila ou mesmo nas mãos, já que não era proibido levar para escola.

Era perceptível o aumento de alunos que passaram a levar bonés para a escola. Após entrarem na escola, ao menor descuido das coordenadoras, estavam com o boné na cabeça. Foi cobrado também dos professores que conduzissem os estudantes que não respeitassem a regra na sala para a coordenação. Tal procedimento repercutiu em situações em que a coordenação se encontrava lotada de estudantes por causa do boné e outras demandas de ordem pedagógica acabavam prejudicadas.

Ao perceber que a situação estava se agravando e gerando problemas no funcionamento da escola, a tentativa foi de diminuir a proporção tomada pelo problema. Houve uma reunião da coordenação e da direção e chegaram ao consenso de liberar o uso somente durante o recreio, o que diminuiu a quantidade de ocorrências, mas não as extinguiu. Uma situação de maior tensão ocorreu quando um professor, que depois reconheceu seu erro, pegou um boné de um aluno ao mandá-lo para a coordenação. O estudante foi para cima do professor aos gritos de “Tira a mão do meu boné!”. A partir daí houve uma mobilização quanto a revogar a regra inclusive por parte do coletivo de docentes, pois perceberam o quanto essa realidade e o papel de fiscalizador que lhes era delegado provocava tensões desnecessárias e que repercutiam diretamente no seu trabalho. Aqueles que não aplicavam a regra em sua sala praticamente não tinham problemas, mas em quase todas as reuniões pedagógicas havia o debate em torno do fato de uns aplicarem a regra e outros não. O que causava tensões inclusive no próprio grupo.

Tal relato nos dá a dimensão do quanto a própria escola cria situações de conflito a partir de banalidades, a ponto de transformar algo despercebido como uso do boné em um problema de grandes proporções. Mas em que essa situação se relaciona com a questão da escola democrática? O simples fato de ouvir os estudantes sobre o tema, de estabelecer regras com base em um debate coletivo, já seria algo que potencialmente diminuiria conflitos. Para além disso, a falta de sensibilidade em entender a importância dada pelos sujeitos a seu estilo, ao seu modo de se vestir, nos reforça a incapacidade da escola ouvir seus sujeitos.

### **6.3. Potencialidades da Representação de Turmas**

Trabalhar em busca de construir uma escola democrática envolve a percepção de possibilidades de atuação e intervenção dos sujeitos da escola. Por mais singelas que possam parecer, todas e quaisquer oportunidades de atuar coletivamente, de ouvir aqueles que estão inseridos na escola, podem contribuir para equacionar os caminhos de modo a atender a pluralidade daqueles que compõem a instituição.

Como o foco de nosso trabalho se debruça sobre os estudantes trazemos o seguinte questionamento para nossas reflexões: Podemos falar de uma escola democrática se os estudantes recorrentemente não são ouvidos em suas demandas e posicionamentos? Antes que os mais afoitos pensem que propomos que os estudantes mandem na escola, que façam apenas o que querem, esclarecemos que ouvir esses sujeitos em nada quer dizer aceitar suas posições irrestritamente, mas também deixar de considerá-los nos parece arbitrário.

A gestão e o funcionamento da escola envolvem vários sujeitos: a direção, os professores, os pais, os demais profissionais da escola, a comunidade escolar, bem como os estudantes. Pensar em uma escola democrática nos parece implicar, minimamente, que esses tenham a oportunidade de se manifestar.

Em relação à escuta dos estudantes iremos abordar aqui o que achamos ser uma oportunidade muitas vezes perdida ou deixada de lado e que poderia servir como forma de aproximar esses sujeitos dos modos de funcionamento da escola, inclusive socializando com eles a responsabilidade desse processo. Trata-se da utilização na escola do que tratamos como sendo um Conselho de Representantes de Turma.

Mas o que seria esse conselho? Quais suas funções? O conselho funcionaria como um coletivo composto por estudantes de todas as salas, os representantes de turma, que para além de funções auxiliares aos professores, coordenação e direção da escola, se reuniria para tratar das questões demandadas pelos estudantes, bem como para manifestação de suas posições quando demandados. Se pensarmos na forma mais democrática de decidir sobre algo em um coletivo acredito que a maioria das pessoas vão apontar uma assembleia como a

atividade a ser feita. Um legado dos gregos ao se reunirem na *Ágora* para tratar dos caminhos da *Pólis*. Embora saibamos que no cotidiano escolar existem dificuldades para realizarmos movimentos nesses moldes de maneira sistemática, entendemos que a reunião dos representantes de cada turma, de maneira organizada, como coletivo instituído, pode servir para garantir a manifestação coletiva, mesmo que de maneira representativa.

Todavia, há que se considerar que o processo de constituição de um Conselho de Representantes de Turma é muito mais complexo e trabalhoso do que possa aparentar. Partimos inicialmente de uma mudança drástica sobre o que entendemos como sendo o papel dos Representantes de Turma. Geralmente tais sujeitos acabam atuando como auxiliares do professor e da coordenação, no mapeamento da sala, na busca de materiais na reprografia, na entrega de bilhetes, na divulgação de avisos, em tarefas que se aproximam mais do que entendemos ser parte da burocracia escolar. A mudança em relação à atuação não quer dizer necessariamente de um abandono do que eles já fazem, mas sim dizer de agregar outras atividades e maiores responsabilidades a quem ocupa esse cargo.

Um primeiro passo envolve o próprio processo de eleição dos representantes que deve ser pensado de modo a garantir uma maior reflexão dos estudantes quando as responsabilidades envolvidas no fato de se lançar uma candidatura e também de quem se vai votar. Recorrentemente as eleições de representante ocorrem bem no início do ano e via de regra os atributos para ser eleito dizem mais da popularidade do que do comprometimento e responsabilidade. Portanto, há que se pensar em refletir sobre isso, inclusive tendo a realidade social como paralelo a ser feito.

Aproveitamos o ensejo para relatar uma experiência vivida há alguns anos. No início do ano quando foi divulgado o processo de campanha para as eleições de representantes a escola ficou em polvorosa. Mas aquele ano seria marcado por algo novo e que estava em voga no debate público. Os estudantes para se candidatarem teriam que ter a ficha limpa, assim como os políticos do país. Estudantes marcados pelo compromisso com as atividades coletivas, que se mobilizassem pelo bem da sala, estariam aptos e para isso teriam que recorrer à coordenação que decidiria sobre a possibilidade ou não de se candidatar. Caso a candidatura fosse negada, ele poderia argumentar para subverter a decisão. Acreditamos fortemente que experiências desse tipo reforçam a democracia na escola e a valorização dos sujeitos quanto ao seu papel.

Nesse sentido, ao trazermos a possibilidade da existência de um conselho de representantes na escola estamos também dizendo de nossas convicções quanto a importância de se ouvir os estudantes. Pensamos inclusive que em casos de conflitos como os das situações relatadas nos tópicos anteriores, do uniforme e do boné, poderiam ser melhor geridas se a escola tivesse inicialmente ouvido seu coletivo de estudantes. Não estamos dizendo que defendemos as decisões devessem ser tomadas pelo conselho, mas a gestão de posse dos posicionamentos dos estudantes poderia ter evitado maiores problemas e resolvido as contendas de maneira dialogada, inclusive envolvendo os estudantes como corresponsáveis.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizar esse trabalho acreditamos que as reflexões proporcionadas caminham no sentido de verticalizarmos as discussões sobre a democratização da instituição escolar e as potencialidades das experiências participativas dos estudantes nesse cenário. Para além de algo idealizado, de difícil execução, que implica em mudanças drásticas na escola, estamos falando de algo que pode ocorrer nas pequenas coisas, no dia a dia, no cotidiano. Perceber as potencialidades das pequenas coisas, das coisas mais simples, mas não menos importantes, mostra-se como ferramenta pedagógica potente, da formação de sujeitos ativos e reflexivos.

As conclusões, por mais que sejam sempre lacunares, decorrem também da realidade concreta e de nossa presença no chão da sala e nos estudos da área

As experiências aqui abordadas, apesar de suas especificidades e de sua condição local, nos servem de farol para focarmos em outras tantas oportunidades que às vezes emergem em nosso cotidiano e deixamos passar sem aproveitar como experiência democrática de formação dos sujeitos. Cada escola vai apresentar suas singularidades e também suas possibilidades.

Certamente alguém ao ler esse trabalho pensou em alguma situação vivida em sua

trajetória e que poderia ter sido gerida de outra forma, ou em alguma situação na qual se perdeu a oportunidade de os estudantes serem mais participativos. Outros tantos devem já estar com inquietações e propostas sendo elaboradas na cabeça para dinamizar sua escola. Se isso ocorreu, alcançamos o objetivo do trabalho.

Em tempos tão difíceis, de uma realidade social tão inflamada, lutarmos pela garantia de uma escola democrática é compromisso obrigatório dos educadores, assim como é compromisso lutar pela manutenção de uma sociedade democrática. Estamos falando de uma democracia escolar para além da retórica, para além das aparências, que ouça os sujeitos em sua condição de pertencentes a instituição. Trata-se de um processo complexo, por vezes marcado por conflitos, mas que é uma característica existencial da própria democracia, ou seja, da divergência sem violência, das garantias das diferenças, da possibilidade de discordar do outro sem necessariamente trata-lo como um inimigo. Se quisermos proporcionar uma sociedade melhor para as próximas gerações, lutar por uma escola democrática é um passo vital.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora UNB, 2000.

BOCCIA, Margarete Bertolo; DABUL, Marie Rose. **Competências necessárias à equipe gestora**. In. BOCCIA, Margarete Bertolo; DABUL, Marie Rose; LACERDA, Sandra da Costa (Orgs.). *Gestão Escolar em destaque*. Jundiaí: paco Editorial, 2013. p. 11- 42.

BORDENAVE, Juan Díaz. **O que é Participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAMPOS, Antônia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. **Escolas em Luta**. São Paulo: Veneta, 2016.

CORTI, Ana Paula; SOUZA, Raquel. **Diálogos com o mundo juvenil**: subsídios para educadores. São Paulo: Ação educativa, 2004.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In. DAYRELL, Juarez (orgs.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. (p. 136-161).

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, p. 1105-1128, 2007.

DAYRELL, Juarez, GOMES, Nilma Lino; LEÃO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? **Educar em Revista**. Curitiba. n. 38. set/dez. 2010. p. 237-252.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, Marques. **Dicionário Brasileiro**. São Paulo: Globo, 2003.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

**LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

MARTINS, Francisco André Silva. **“A Voz do Estudante na Educação Pública: um estudo sobre participação de jovens por meio do grêmio estudantil”**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2010.

RAMOS, Jannette Filomeno Pouchain. **Gestão Democrática da Escola Pública**: a experiência do governo das mudanças. Fortaleza: UECE, 2005.

ROMANO, Simone Santoro. **Direção e Coordenação Pedagógica: foco no aluno**. In. BOCCIA, Margarete Bertolo; DABUL, Marie Rose; LACERDA, Sandra da Costa (Orgs.). *Gestão Escolar em destaque*. Jundiaí: paco Editorial, 2013. p. 81-104.

SACRISTAN, José Gimeno. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.

TOLEDO, Márcia Cristina Barragan Moraes. **Organização e Gestão da escola na perspectiva democrática: desafios**. In. BOCCIA, Margarete Bertolo; DABUL, Marie Rose; LACERDA, Sandra da Costa (Orgs.). *Gestão Escolar em destaque*. Jundiaí: paco Editorial, 2013. p. 43-56.

VEIGA, Ilma Alencastro. Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In. VEIGA, Ilma Alencastro. **Projeto Político Pedagógico: Uma construção possível**. Campinas, Papyrus, 2010.

---

i Sobre os autores:

**Francisco André Silva Martins** (<https://orcid.org/0000-0003-4906-573X>)

Doutorado em Educação (UFMG). Pós-Doutorado em Educação (UFOP). Professor efetivo da Faculdade de Educação, cursos de Pedagogia e História (UEMG). Professor permanente do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu, Mestrado em Educação e Formação Humana (UEMG). Coordenador do grupo de pesquisa e extensão Observatório das Juventudes (FaE-UEMG). Coordenador do projeto de extensão "Cola Comigo!": trocando ideias com as Juventudes.

**Lucas Eustáquio de Paiva Silva** (<https://orcid.org/0000-0001-6788-4400>)

Doutor em Educação pela FAE/UFMG. É Diretor geral da Pós graduação lato sensu do Grupo FAMART de Educação. É coordenador específico dos cursos de Pós graduação lato sensu da área de Educação. É também professor titular da Faculdade FAMART, lecionando as seguintes disciplinas: Pesquisa em Educação; História da educação, Sociologia da Educação e Antropologia da Educação. É membro dos grupos de pesquisa Educação e Cultura, Rede Argonautas e Observatório da Juventude - Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG).

Como citar:

MARTINS, Francisco André Silva; SILVA, Lucas Eustáquio de Paiva. Escola democrática e participação estudantil: reflexões teóricas sobre ações, possibilidades e embargos. **Revista Educação Cultura e Sociedade**. vol. 14, n. 3, p. 12-24, 31ª Edição, 2024. - <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs>

**Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil, iniciada em 2011 e avaliada pela CAPES.

**Indexadores:** DOAJ – REDIB – LATINDEX – LATINREV – DIADORIM –SUMARIOS.ORG – PERIÓDICOS CAPES – GOOGLE SCHOLAR